A HONRA ACADÊMICA (OU DA CONDIÇÃO DE EMÉRITO)

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
Universidade Estadual de Campinas

Emeritus significa, em qualquer dicionário, "merecido", aquele que "concluiu sua carreira", eventualmente "fatigado"; mas significa igualmente aquele que "cativou, penhorou por bons serviços". Num dicionário, como o Caldas Aulete, no verbete Emérito, especifica-se um pouco mais o seu sentido quando qualifica o *Professor Emérito* como aquele "que tem feito longos e bons serviços; que está aposentado gozando os rendimentos e as *honras* do emprego" (o sublinhado é meu — RCO). Como todo verbete, a definição não vai muito além. Porém nos dá o mote, como diria o poeta, para dar largas à imaginação, todavia procurando sempre nos cingir à idéia de *emérito* e a uma segunda idéia — aliás, já contida na definição acima: a de *honra*; especificamente, a de "honra acadêmica". O significado disso é o que pretendo elucidar a propósito da recente e justa premiação de meu colega e sempre amigo Roque de Barros Laraia com o título de Professor Emérito, concedido pela Universidade de Brasília. Nesta oportunidade pretendo, portanto, (1) esboçar a construção do conceito de honra nos termos em que a antropologia dele tem se utilizado em investigações etnográficas; em seguida, (2) buscarei mostrar em que medida esse conceito pode ser adequado para visualizarmos aquilo que considero ser a dimensão mais expressiva do campo acadêmico no que diz respeito à hierarquia e ao seu sistema de valores; finalmente, (3) procurarei discutir o tema através da noção de eticidade, na forma pela qual essa noção pode ser iluminada pela conjunção de duas éticas nos termos em que Weber as concebeu: a da "convicção" e a da "responsabilidade".

Anuário Antropológico/92
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

A etnografia da honra

Como não é meu intuito avaliar tudo aquilo que a antropologia tem aprendido com pesquisas direcionadas às manifestações empíricas da honra, enquanto um fenômeno sociocultural, mas somente tomar o tema enquanto alvo possível de investigação etnográfica, permito-me refletir sobre umas poucas tentativas de estudo antropológico da honra com a única preocupação de mostrar que o tema, apesar de pouco estudado por antropólogos, não foi totalmente ignorado pela disciplina. Tomarei por referência, à guisa de ilustração, o conhecido volume de ensaios sobre o tema da honra, na forma pela qual ela, enquanto um fenômeno social, se manifesta em culturas mediterrâneas, sejam elas de procedência hispânica, árabe, grega ou kabyle. Trata-se do livro *Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society* (Peristiany 1970), bastante conhecido na etnografia européia. Organizado por J.G. Peristiany, o volume contém contribuições do próprio organizador, de Julian Pitt-Rivers, de J. Caro Baroja, de J.K. Campbell, de Pierre Bourdieu e de Ahmed Aboud-Zeid. Embora a honra seja o tema central da obra, sua contrapartida — a desonra — ou a "vergonha" (*shame*) surge como uma categoria nativa plena de significações próprias a cada cultura particular. Ambas as categorias — honra e vergonha — atuam como reguladoras sociais e, nesse sentido, são coextensas às sociedades. São, portanto, inerentes às relações sociais na medida em que expressam modalidades de representação dessas mesmas relações, enquanto modos mediterrâneos de pensamento.

> Honra e vergonha são a preocupação constante de indivíduos de sociedades de pequena escala, [...] onde as relações pessoais face a face, como opostas às anônimas, são de suma importância e onde a personalidade social do agente é tão significativa quanto seu ofício" [1970: 11].

Todavia, não se poderá dizer que isso se observe unicamente no âmbito de culturas mediterrâneas; a experiência etnográfica indica que tal fato pode ser constatado com freqüência num conjunto muito mais variável de culturas, desde que possuam, porém, as mesmas características gerais e formais observadas no mediterrâneo. O que me parece relevante é, pois, o potencial de generalização das culturas mediterrâneas no que tange a importância da

honra, ainda que sua representação em cada uma dessas culturas possa variar significativamente.

Com intuito meramente ilustrativo, tomemos algumas manifestações da honra nas sociedades mediterrâneas. Pitt-Rivers nos mostra que na Andaluzia as questões de honra podem ser facilmente discutidas sem maiores embaraços quer em termos teóricos, quer na linguagem ordinária das relações sociais: na sociedade andaluz, por exemplo, "o status honorável dos membros da comunidade é um assunto de comentário contínuo. Reputação não é somente uma questão de orgulho, mas também de utilidade prática" (Pitt-Rivers 1970: 39). A idéia de *verguenza* é solidária da de honra, pois a falta dela numa pessoa vai torná-la desonrada; e isso tanto vale para um homem quanto para uma mulher. E a grande punição é a *verguenza pública*, ou desonra pública, que no passado estava prevista inclusive em lei como uma pena a ser cumprida pelo(a) infrator(a), tal sua profunda significação nas tradições da Espanha.

Nesse sentido, é precisamente o espanhol Julio Caro Baroja que vai esboçar o quadro mais abrangente da honra enquanto uma categoria tão forte no pensamento espanhol. Tomando textos legais, teológicos, literários e históricos, ademais de observações pessoais sobre a Espanha moderna, Caro Baroja realiza uma espécie de sobrevôo em torno da palavra e do conceito:

> A palavra 'honra' — *honos, honoris* — tem muitos sentidos no Latim clássico. Ela está associada às idéias de respeito, estima e prestígio, e vinculada à existência de dignidades públicas e ofícios, com prêmios, ornamentos e trajes que elevam seu portador acima do resto da comunidade [Caro Baroja 1970: 82-83].

Seu percurso por sobre os textos clássicos e modernos é longo e sistemático, impossibilitando segui-lo passo a passo nesta empreitada por mais interessante que isso fosse. Gostaria apenas de reter alguns elementos que julgo importantes para se chegar a uma idéia sobre o alto significado da honra (e da desonra) no quadro desenhado por Caro Baroja. Restrinjo-me a três antinomias por ele apresentadas em forma diagramática (1970: 85): Honra/Desonra; Fama/Infâmia; e Vida/Morte. O primeiro termo dos binômios tem uma leitura positiva (+), enquanto o segundo termo oferece uma leitura negativa (-): honra conduz à fama e permite o bem viver; enquanto a desonra é infamante e só pode levar à morte. "A perda da honra está equacionada

com a perda da vida" — uma idéia tão preciosa nos *mores* da antiga Espanha que foi acolhida nos Códigos espanhóis do século XIX, conforme relata Caro Baroja (: 85).

Segundo o mesmo autor, pode-se observar na tradição espanhola a coexistência de dois sistemas de idéias concernentes à honra: um, é derivado de princípios religiosos, filosóficos e legais; sendo outro, uma derivação de "situações factuais" — estando, porém, ambos os sistemas inseridos numa mesma estrutura social. E assevera:

> O modo pelo qual os dois sistemas se ajustam um a outro era realmente estranho, porém uma clara demonstração de que o princípio de contradição não governa a vida em sociedade, mas que a verdadeira essência das coisas está na contradição, como Hegel reivindicaria [: 96].

Com essas considerações, pretende mostrar a existência de um conflito latente entre o reino dos conceitos (e das virtudes clássicas, como prudência, justiça ou temperança, sempre associadas à honra) e a realidade cotidiana medieval, inscrita nas poesias populares e nos provérbios, dotados de força bastante corrosiva, ressaltando aquelas contradições. Dessas contradições talvez a mais expressiva das condições de existência medievais fosse a que opõe honra a dinheiro, pois com ele — conforme conclui um dos poemas de *El libro de buen amor* (1970: 97):

> Si tovieres dineros, avrás consolación.
> Plaser e alegría, del papa ración,
> Comprarás paraiso, ganarás salvación.
> De son muchos dineros, es mucha bendición.

Esse cáustico poema procura descrever as propriedades do dinheiro na Espanha medieval e, juntamente com os numerosos provérbios compulsados pelo autor, constitui um material bastante rico para uma análise de um sistema bidimencional de representações como o que nos é mostrado por Caro Baroja. O peso desse sistema, que se incrusta na tradição hispânica, pode ser aferido ao longo de diferentes períodos. A idéia de *valer mas*, tanto quanto a de seu oposto *valer menos*, por exemplo, significando maior ou menor riqueza, praticamente elimina a virtude como um princípio ético exclusivo na determinação da honra e revela o quanto critérios outros, como

os de classe social, nascimento ou status, passam a desempenhar cada vez mais um papel crucial na história da Espanha naquilo que diz respeito aos mecanismos sociais de concessão de honrarias, portanto de reconhecimento da própria honra (1970: 88 e 122-23).

J. K. Campbell, em seu breve estudo sobre uma comunidade grega, embora observe que a honra significando integridade e valor para a personalidade é praticamente universal na cultura grega, envolvendo desde "camponeses até ministros de gabinete" (1970: 141), observa igualmente ser o termo honra ou *timé*, em grego, uma palavra que "descreve o preço monetário, ou valor, de um objeto ou serviço" (: 143). Procura mostrar assim que o termo é polissêmico por excelência. Pois "*Timé* expressa a noção de riqueza seja isso um valor econômico num mercado, ou valor social avaliado em um complexo de grupos e indivíduos competindo" (: 143-44). Naturalmente que o contexto social em que se evoca a noção de *timé* varia de modo a tornar especifico seu significado prático. Porém o que parece evidente é que a noção de honra está sempre associada à de prestígio, envolva aquela a idéia de sangue (através do parentesco), de número de filhos numa família, de riqueza, etc. "Sem honra não há possibilidade de prestígio social" (: 145).

Todavia, por maior que seja a ambigüidade da noção de honra, quer na Grécia, quer na Espanha, como vimos, o certo é que nem sempre ela chega a ser uma categoria devidamente conscientizada pela população. É o que nos mostra Pierre Bourdieu em seu artigo sobre o sentimento de honra na sociedade Kabyle. Diz ele que "o sentimento de honra é o código comum e íntimo com referência ao qual o Kabyle julga suas ações e as dos outros" (Bourdieu 1970: 231). Entretanto, "na prática, o sistema de valores de honra é vivido mais do que claramente concebido" (: 231). Bourdieu entende que

> talvez o ponto essencial seja que as normas são tão profundamente sentidas e experienciadas que não necessitam ser formuladas [pois] têm suas raízes no sistema mais fundamental de categorias, aquele que define a visão mítica do mundo [: 232].

Para o Kabyle um homem honrado é aquele que é capaz de encarar os outros, i.é os *qabel*; termo nativo usado também para receber alguém que chega, e recebê-lo com honra. O que Bourdieu procura mostrar, entre ou-

tras coisas, é que determinadas normas e valores não necessitam ser tematizados para virem a ser reconhecidos explicitamente pelos agentes sociais. E a despeito disso, os valores ligados à honra podem constituir — como de fato constituem na sociedade Kabyle — a base da ordem política.

Já com relação aos beduínos do deserto egípcio, Ahmed Aboud-Zeid aponta dois sentidos do conceito de honra que eu gostaria de reter aqui para indicar o teor de complexidade que a categoria possui entre eles. No amplo sentido da palavra,

> honra é equivalente à 'bondade' ou 'virtude' e um homem honrado é simplesmente um homem 'virtuoso' e 'bom'. Honra é alcançada aqui, ou melhor mantida, pela simples e sincera conformidade às normas sociais prevalecentes. É ur maneira passiva de adquirir honra [Aboud-Zeid 1970: 258].

Já no seu sentido estrito e, portanto, mais preciso, ela é bem mais do que simples aceitação de normas, uma vez que depende da demonstração d superioridade e de distinção. Todavia, "na maioria dos casos a realizaçã desse ideal (ou o que isso significa) e conseqüentemente a consecução d honra são influenciadas pelo comportamento de outros" (: 258). O autc ilustra isso com diferentes situações suscetíveis de favorecer ações qu levem à realização daquele ideal, como a invasão em territórios de grupc hostis (por certo bem sucedidas), ou conceder asilo a um inimigo (quand este solicita). Vê também nesses beduínos, organizados em sociedade seg mentária, que o exercício da honra chega a compensar a tradicional ausêr cia de uma autoridade governamental, posto que essa autoridade apena recentemente começou a ser instituída. E se no passado essa honra desem penhou um papel vital no campo do controle social, ainda agora continua desempenhar o mesmo papel, "ademais de prover um código efetivo d moralidade" (: 259). Esses componentes das representações da honra, ber como outros mencionados nos parágrafos anteriores, revelam o quanto conceito pode variar de cultura a cultura, de sociedade a sociedade; e d como a antropologia, à sua maneira, pode dar conta dessa variação. N seção seguinte procurarei examinar, inspirado no teor variável dessa categc ria, sua eventual presença em grupos profissionais organizados em institu ções acadêmicas.

O espaço universitário e seus valores

As considerações feitas na seção anterior servem para mostrar o quanto uma categoria, como a honra, pode desempenhar um papel não desprezível em diferentes grupos sociais ou culturais, tornando-se, portanto, um tópico muitas vezes de valor estratégico para a indagação antropológica. No que diz respeito à instituição universitária, pelo menos através de observações que se pode fazer no Brasil, não se pode dizer que essa instituição abrigue uma única comunidade e que, sendo constituída por um grupo de pares, oriente-se por um igualmente único sistema de valores. O que se observa no espaço universitário é a associação de três agrupamentos sociais, tradicionalmente diferenciados não apenas pela especificidade de seus respectivos *métiers* mas também pelos valores que os orientam. O corpo docente, o discente e o administrativo, ocupando o mesmo espaço social, porém distintos por suas funções, se sempre existiram na instituição, nestas últimas décadas têm mudado consideravelmente seus objetivos e, conseqüentemente, suas formas de agir. O fato novo é o *poder acadêmico*, anteriormente assumido por membros qualificados do corpo docente (os possuidores de titulação mais alta na hierarquia acadêmica: no passado, os catedráticos; posteriormente, os Professores Titulares). Por isso, a transformação do corpo discente e dos funcionários administrativos em atores políticos no espaço universitário pode ser considerado o fato novo que se observa hoje na dinâmica da vida universitária. E ouso dizer que parte importante da responsabilidade na crise que vem vivendo a instituição se prende muito na dificuldade de harmonizar interesses distintos. Como diz meu colega José Arthur Giannotti, "O poder acadêmico é um chapéu de três bicos — difícil é articular os fios que ligam as três pontas, principalmente reconhecer que, neste jogo, nem todos são iguais" (Giannotti 1986: 68). Essa desigualdade entre os atores políticos não significa, porém, que se dê num espaço social caótico. Ao contrário, predomina uma lógica de interesses que se impõe de conformidade com a posição ocupada por cada um dos agrupamentos. Não importa que esses interesses possam ser considerados espúrios por um ou por outros dos atores em confronto. Em realidade o que importa é que tais interesses existem, se exprimem em ideologias (ou quase ideologias) e conduzem a ação política de seus portadores. E como isso ainda é produto do final dos anos 60, quando as universidades da França, dos Estados Unidos ou do Brasil entraram em ebulição política, pelo menos entre nós (certa-

mente ainda na França, menos nos EUA) o quadro político interno à universidade continua a sofrer as conseqüências da universidade se ter tornado uma metáfora da sociedade de classes. Talvez os estudantes tenham sido os que mais se equivocaram nesse sentido, embora uma parte do corpo docente tenha igualmente se equivocado sem, no entanto, deixar de tirar vantagens corporativas (o "baixo clero" de que nos fala o mesmo Giannotti), ao mesmo tempo em que os funcionários trouxeram para o espaço universitário a luta sindical — por sinal, muito pouco diferente do sindicalismo existente na sociedade inclusiva.

Muito já se escreveu sobre esse estado de coisas a que chegou a universidade entre nós, se bem que isso não signifique que se tenha argumentado o suficiente a respeito. Não desejo retomar argumentos amplamente discutidos — e para mim perfeitamente válidos — como o de serem o ensino e a pesquisa atividades *fim* da instituição, sendo a administração atividade *meio*; por conseguinte, hierarquizando-se as atividades e, por via de conseqüência, os respectivos *corpi* docente, discente e administrativo no que tange aos valores a eles associados. Desejo apenas adicionar argumentos de outra ordem, mais precisamente argumentos que firam o sistema de valores e que sejam consistentes com a natureza particular da instituição universitária. E de um modo todo especial, os valores que reflitam a esfera da moralidade acadêmica. Nessa esfera, a honra — como uma categoria do entendimento inter-pares — se impõe como um conceito chave para a compreensão das peculiaridades do sistema (social) universitário.

Vimos na seção anterior como o conceito de honra pôde variar de cultura a cultura, i.é, o seu conteúdo, ainda que em todas as sociedades mencionadas o conceito esteve sempre solidário à noção de prestígio. Este parece ser um valor de grande generalidade, se bem que nem todo prestígio tenha por fonte a honra, ainda que toda honra gere prestígio. Mas se esse binômio honra/prestígio parece unir numa mesma e ampla categoria geral as diferentes sociedades aludidas — incluindo-se aqui a nossa própria sociedade —, tal não significa que no interior de qualquer sociedade não se observe variações sobre o conteúdo dessa mesma honra de conformidade com o contexto de sua emergência[1]. No espaço universitário, mesmo nele, não se

1. É o que nos mostra, por exemplo, J. K. Campbell em sua interessante monografia *Honour, Family and Patronage* (1967). No capítulo sobre os valores do prestígio, o autor

pode dizer que exista uma mesma concepção de honra. Se não vejamos. Tomemos os três atores políticos que operam nesse espaço e examinemos como a honra, enquanto uma categoria do pensamento, transita entre eles. Antes é bom advertir que uma categoria do pensamento não é necessariamente consciente dos atores socais, como já desde Durkheim aprendemos a aceitar. Dai porque em atores como o corpo docente ou o discente a honra, mesmo quando reconhecida institucionalmente por meio de dignidades acadêmicas (*cum laudae*, *honoris causa*, etc), pode não ser totalmente reconhecida no universo de cada corpo; tanto quanto entre os funcionários ela sequer seja pensada (o que não quer dizer que a desonra ou a vergonha não sejam perfeitamente percebidas como tais no horizonte desse corpo administrativo e, naturalmente, por ele renegadas). Isso não importa. Como pretendo mostrar, cada um desses grupos de pares tem sua conduta orientada por valores próprios e, dentre esses valores, aqueles ligados à *moralidade acadêmica* separam literalmente os funcionários administrativos dos professores e estudantes.

Para não nos alongarmos muito, tomemos as mesmas expressões dignificantes já referidas no parágrafo anterior: a expressão *cum laudae* ou "com louvor" atribuída a uma tese ou dissertação, ou mesmo a um trabalho escolar, representa uma distinção que somente pode ser agraciada mercê do alto mérito da produção de um aluno, produção essa devidamente aferida por um comitê docente ou por um professor. Esse reconhecimento pode-se dizer que é o máximo que um estudante pretende auferir durante o seu itinerário escolar. É inegavelmente um reconhecimento de mérito. E um mérito a ser aferido praticamente no cotidiano do alunado. Sendo que sua especificidade está no fato de decorrer de uma *norma* própria da vida acadêmica (e não de uma praxe ou de um mero costume). O corpo docente, por seu lado, também tem expressões, reconhecidas institucionalmente, que, marcando o

---

alude a vários termos do vernáculo grego que servem para cobrir noções bastante específicas e diferentes de honra: se *timé* [estou passando para a escritura latina a grafia grega do texto] significa reconhecimento de excelência ou riqueza de uma pessoa, *andrismos* e *ntropé* significam respectivamente masculinidade (ou machismo) e vergonha feminina, conceitos portanto relativos a qualidades reconhecidas na esfera da vida íntima (Campbell 1967: 268-69). Há outros sentidos que poderiam ser mencionados. Mas bastam esses para que possamos entender o tipo de variação que podem ter lugar numa mesma sociedade, indicando, assim, a não univocidade do conceito.

mérito alcançado nas carreiras de seus membros, servem como denominações de títulos: "Doutor *honoris causa*" é um, "Professor Emérito" é outro. Ainda que haja vários outros títulos que um docente acaba por alcançar durante sua carreira (como o de Doutor, de Livre-docente ou de Titular) e que revelam mérito, eles não têm o mesmo peso semântico dos dois títulos honoríficos. E a razão não é porque estes são raramente distribuídos no interior do corpo docente, como também não são visados por seus futuros agraciados como meta maior de suas carreiras. São títulos que acontecem no plano pessoal de um itinerário docente e para os quais ninguém se candidata. A sua comunidade é que lança o nome de um de seus pares aos órgãos competentes como merecedor(a) dessa honraria. Pode-se dizer que são títulos exclusivamente acadêmicos e como tais marcam o lugar da academia no espaço universitário.

Esse espaço, ademais de conter o corpo discente e o docente, contém também o corpo administrativo, com a diferença deste não fazer parte da academia propriamente dita, com seus valores e suas normas específicas — inclusive as que dizem respeito às modalidades de reconhecimento de mérito. Não que não se reconheça mérito entre os funcionários administrativos (e muito menos que não haja honra), apenas a diferença está no caráter da distinção. O mérito ou o demérito (a vergonha ou a desonra) não distinguem o corpo administrativo de uma universidade do de qualquer outra instituição pública. Praticamente as modalidades de reconhecimento são aquelas comuns ao serviço público de um modo geral, sobretudo quando se trata de universidades públicas. O que não significa, entretanto, que a noção de honra, posto que não sinalizada por títulos honoríficos, esteja necessariamente ausente da consciência do funcionário administrativo; tal como Bourdieu procurou mostrar com referência aos Kabyle, a ausência da tematização de um valor como a honra, tanto quanto das normas que permitem seu reconhecimento (como um sistema de pontuação relativa à eficácia e, portanto, ao mérito), não quer dizer que ela não desempenhe o seu papel no interior do corpo administrativo. Mas os signos de reconhecimento são totalmente diferentes no corpo docente e no discente, tanto quanto o são os critérios de distinção. A explicitação da honra por meio de títulos honoríficos entre os professores ou menções de louvor (ou de deslouvor, como a constatação de "cola", por exemplo) entre os estudantes tem um significado todo especial no campo acadêmico. E no caso específico do corpo docente há de se acentuar que tais títulos representam mais do que a resultante de

uma simples pontuação ou a ponderação de uma tábua de méritos e deméritos: tais títulos buscam exprimir a realização cabal da Idéia mesma de Professor. O título de Professor Emérito, por esse motivo, ao ser conferido a um docente no final da carreira, mostra à comunidade acadêmica que um de seus pares logrou atualizar em si aquele ideal consagrado por essa mesma comunidade como o seu valor mais alto, capaz de distingui-la das demais comunidades do espaço universitário: a estudantil e a administrativa. Diante disso o que se observa é uma nítida separação entre a esfera administrativa e a esfera acadêmica no que diz respeito aos critérios de julgamento de mérito; ao mesmo tempo, já no interior dessa esfera acadêmica, o que vamos notar é a existência de uma hierarquia, diferenciadora de dois campos de honra pautados, por sua vez, por valores de competência e de moralidade próprios. Dir-se-ia que esses campos de honra marcam indelevelmente a presença de uma ideologia acadêmica que — pelo menos a nível formal — constitui o elemento cimentador por excelência das relações de status que se dão no interior da instituição universitária.

A ética docente

Evidentemente que o mérito acadêmico e a honra que lhe vem associada são muito mais do que indicadores de eficácia profissional naquilo que se refere à competência como um valor perfeitamente tangível por indicadores cognitivos. Envolvem, também e sobretudo, um quadro de moralidade no interior do qual tem lugar a conduta docente. O que eu gostaria de abordar agora, em prosseguimento a essas considerações sobre a honra acadêmica, é a esfera da eticidade em que ela está contida, a saber, a questão dos deveres e da responsabilidade que permeiam a carreira acadêmica. Diga-se de passagem que em se tratando de uma carreira profissional, desde logo dela se exclui o alunado, posto ser este uma figura que abriga indivíduos *en train de se faire*, estando portanto de passagem na universidade. Desta sorte, a esfera da eticidade que devemos examinar é aquela que diz respeito ao corpo docente. E é aqui que a teoria weberiana da ética nos vai ser de grande auxílio.

Quero me referir precisamente às duas éticas identificadas por Weber: a ética da *convicção* (*Gesinnungs- ethik*) e a ética da *responsabilidade* (*Ver-*

antwortungsethik)[2]. A primeira ética remete para uma moral da convicção que "incita a cada um de nós a agir segundo seus sentimentos sem referência, explícita ou implícita, às conseqüências" (Aron 1967: 527), enquanto a ética da responsabilidade leva em conta essas conseqüências, pois "interpreta a ação em termos de meios e fins" (: 525). O que significa que o homem (o político, para Weber) não pode se guiar exclusivamente por suas convicções e paixões — que em si mesmas são extraordinariamente importantes — mas igualmente devem proceder assumindo a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos. Weber destaca três qualidades como decisivas para o homem político e nós poderíamos estendê-las para o docente: são elas, "paixão, um sentimento de responsabilidade e um senso de proporções" (Weber, in Gerth & Mills 1952: 138). Tanto para o *ethos* do político quanto para o do professor, poder-se-ia dizer que a paixão, entendida também como fé em suas convicções, juntamente com a responsabilidade no exercício prudente (portanto, com pleno sentido de proporção) da ação política ou pedagógica, fazem desses profissionais a personificação dos dois tipos ideais de eticidade. Pois, como escreve Weber,

> uma ética de fins últimos [ou de convicção] e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes suplementos que somente em uníssono constituem um homem genuíno — um homem que *pode* ter uma 'vocação para a política' [Weber, in Gerth & Mills 1952: 151].

Estou certo que poderíamos substituir aqui a vocação para a política pela vocação para a docência universitária.

A mim me parece que a figura do professor, pelo menos como a entendemos na tradição acadêmica das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tende a se situar na confluência dessas duas éticas, onde a

2. Há de se considerar aqui que Weber valeu-se desses conceitos em sua construção do *ethos* do político, mais do que do cientista. Pelo menos suas conferências de 1918, sobre a vocação de um e de outro, revelam isso. Gostaria apenas de assinalar que na tradução inglesa dessas conferências, publicadas no famoso volume intitulado *From Max Weber*, organizado por Gerth & Mills (1952), a ética da convicção está identificada com a "ética dos fins últimos" (*ethic of ultimate ends*). Preferi ficar com a tradução francesa, conforme assim o faz Raymond Aron, quando entende a *Gesinnungsethik* como *l'éthique de la conviction* (Aron 1967: 527).

paixão com que exerce (e deve exercer) o seu *métier* jamais deve obstar o seu senso de responsabilidade em relação aos efeitos de seu ensinamento no alunado; ensinamento esse que tanto *deve* ser eficaz na comunicação de saberes (o que faz dele um profissional competente) quanto *deve* realizar essa comunicação com prudência, a saber, sob o império daquela virtude que os gregos chamavam de *Phronesis* (o que faz dele um sábio). Sublinho a palavra *deve* para enfatizar que estamos na esfera da eticidade, porquanto o que está envolvido é o Dever, como imperativo da ação moral. Com isso pretendo igualmente acentuar que no *ethos* do professor, especialmente do docente universitário, articulam-se ambas as éticas sob a égide do bom senso, da prudência, da sabedoria. Gostaria de ilustrar isso com a seguinte situação: a de um professor que não se deixa guiar exclusivamente por sua paixão ou mero interesse intelectual por um tema (geralmente sua tese, quando jovem docente), não impondo-o aos seus estudantes, uma vez que sua preocupação também estaria na formação do alunado, portanto nas conseqüências de sua docência. Uma situação dessa ordem, revela que o professor teria resolvido satisfatoriamente aquilo que se costuma apresentar como impossível de separar, a saber, o ensino da pesquisa. Giannotti, acertadamente, chama isso de o "mito da indissolubilidade do ensino e da pesquisa"[3]. E cuja significação todos nós sabemos bem qual é, pois esse mito sempre serve de *alibi* para que os cursos não tenham de ser laboriosamente construídos de conformidade com o que rezam suas ementas.

O conceito de Professor Emérito surge, assim, como a expressão máxima daquelas três virtudes e dos dois tipos ideais de eticidade que conformam a figura do docente ideal. Este conjunto de representações me parece marcar a essência da ordem acadêmica, como seu substrato ideológico no sentido em que Louis Dumont confere à noção de ideologia, precisamente na forma pela qual dela ele se utiliza em seus livros sobre a Índia ou sobre o homem ocidental (Dumont 1966, 1977 e 1991): "como um conjunto

---

3. "Já que impera o mito da indissolubilidade do ensino e da pesquisa, cada professor trata de programar seus cursos aproveitando diretamente seu material de investigação. Os resultados são lamentáveis. Em filosofia, soube de cursos de primeiro ano, ditos introdutórios, se resumirem à explicação do prefácio à *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, ou a uma explicação geral dos problemas levantados pela Escola de Frankfurt" (Giannotti 1986: 83).

mais ou menos social de idéias e de valores", podendo entendê-la também em termos plurais enquanto

> ideologias parciais manifestando um aspecto do sistema social, como o parentesco [por exemplo]. É evidente — continua o autor — que há uma ideologia fundamental, uma espécie de ideologia-mãe ligada à linguagem comum e assim ao grupo lingüístico ou à sociedade global [Dumont 1966: 15].

Pois bem. Essa concepção dumontiana de ideologia se ajusta perfeitamente àquilo que entendo como uma espécie de colagem dos elementos constitutivos do sistema social. No caso de que estamos tratando, i.é, da instituição universitária e, nela, da ética docente, o que se verifica é ser a honra acadêmica a manifestação mais alta da ideologia universitária, *stricto sensu*. Sendo o título de Professor Emérito a melhor expressão dessa honra, o seu coroamento simbólico. O título e o conjunto de representações (inclusive toda uma pletora de titulações e seus respectivos critérios de atribuição) que o acompanham e o sustentam constituem a ideologia do sistema acadêmico, portanto uma ideologia parcial recobrindo, por conseguinte, um aspecto do sistema social global.

E isso me parece ser bastante consistente com algumas interessantes conclusões a que chegaram pesquisas antropológicas, como a de J. Pitt-Rivers, anteriormente referida. Para ele

> A noção de honra é alguma coisa a mais do que um meio de expressar aprovação [...]. Ela possui uma estrutura geral que é vista nas instituições e nas avaliações costumeiras particulares de uma dada cultura [Pitt-Rivers 1970: 21].

Com esse autor, pode-se dizer ainda que a honra seria uma categoria parecida com a de mágica na medida em que seus princípios podem ser constatados em qualquer lugar, embora estejam freqüentemente "envolvidos por concepções que não são exatamente equivalentes de um lugar a outro" (: 21). No caso da honra acadêmica, cuja especificidade procurou-se aqui desvelar, vemos que ela, ao dissociar-se dos inúmeros tipos de honra (e de desonra) registrados pela etnografia (como o volume *Honour and Shame* dá-nos uma pequena porém expressiva amostra), ela se insere num campo semântico extremamente amplo que transcende comunidades acadêmicas locais, em tal ou qual país, recobrindo a nível planetário o conjunto dessas

comunidades — a rigor, onde a idéia-mãe de universidade estiver sendo realizada.

Conclusão

Cabem umas poucas considerações finais no sentido de retomarmos algumas questões abordadas e que talvez tenham deixado interrogações a serem esclarecidas. Porque um tema como a honra, na forma como a concebemos, praticamente desapareceu do horizonte acadêmico? Não desejo fazer conjecturas sobre suas causas, mas apenas constatar que ela foi submetida a um processo de obsolescência, tornando-se anacrônica no próprio léxico usado no espaço universitário e, mesmo, na comunidade acadêmica. Nesse sentido, até este artigo poderia ser considerado em si mesmo anacrônico... Porém, acreditando que nem tudo o que é pensado é expresso necessariamente no discurso, não há porque deixar de acreditar que o *sentimento* de honra acadêmica (e solidário a esse sentimento a respectiva *idéia*) não possa estar arraigado na comunidade apenas não encontrando meios costumeiros de expressão, além dos que se expressam em rituais públicos de concessão de honrarias. Mas na linguagem do cotidiano, a honra em sua concepção mais comum e em seu sentido mais particular como *academicus honor*, está praticamente ausente. Todavia, os vários títulos acadêmicos enunciados páginas atrás, ademais do de Professor Emérito, não deixam dúvidas sobre sua aceitação tácita pela comunidade docente — e não vejo porque não também pela discente — como uma forte moeda (*timé*, do grego) de ampla circulação na comunidade acadêmica. Apenas poderíamos lamentar que essa moeda não seja mais forte! Mas nas atuais circunstâncias da chamada crise das universidades, retomar o tema da honra, em suas várias acepções e não apenas acadêmica, parece constituir um tópico de reflexão — e eventualmente de investigação etnográfica — de bastante utilidade, uma vez que ele remete a uma questão maior como a ética, questão esta que jamais deve estar ausente do horizonte da academia. As presentes considerações foram feitas, portanto, com o objetivo de dar maior visibilidade à honra acadêmica não apenas à nossa comunidade de pares, mas tentando transcender essa comunidade e estendê-la como um tema significativo para todo o espaço universitário. Mostrando como ela se inscreve exemplarmente na figura de Professor Emérito, espero havê-la tornado

bastante mais visível aos olhos de todos nós e, quiçá, possa ela se constituir num valor moral que seja reconhecido normalmente (i.é, como norma de moralidade) em nosso mundo acadêmico

BIBLIOGRAFIA

ABOUD-ZEID, Ahmed. 1970. "Honour and Shame among the Bedouins of Egypt. In J.G. Peristiany, ed., 1970.

ARON, Raymond. 1967. *Les Étapes de la Pensée Sociologique*. Paris: Gallimard.

BOURDIEU, Pierre. 1970. "The Sentiment of Honour in Kabyle Society". In J.G. Peristiany, ed., 1970.

CAMPBELL, John K. 1967 [1964]. *Honour, Family and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Community*. Oxford: Claredon Press.

______. 1970. "Honour and the Devil". In J.G.Peristiany, ed.(1970).

CARO BAROJA, Julio. 1970. "A Historical Account of Several Conflicts". In J.G. Peristiany, ed., 1970.

DUMONT, Louis. 1966. *Homo Hierarchicus: Essai sur le Système des Castes*. Paris: Gallimard.

______. 1977. *Homo Aequalis: Genèse et Épanouissement de l'Ideologie Économique*. Paris: Gallimard.

______. 1991. *Homo Aequalis, II: L'Ideologie Allemande — France-Allemagne et Retour*. Paris: Gallimard.

GERTH, H.H & C. Wright MILLS (eds.). 1952 [1948]. *From Max Weber: Essays in Sociology*. London: Routledge & Kegan Paul.

GIANNOTTI, José A. 1986. *A Universidade em Ritmo de Barbárie*. São Paulo: Brasiliense.

PERISTIANY, J.G. (ed.). 1970 [1966]. *Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society*. Chicago: The University of Chicago Press.

______. 1970. "Honour and Shame in a Cypriot Highland Village". In J.G. Peristiany, ed., 1970.

PITT-RIVERS, Julian. 1970. "Honour and Social Status". In J.G. Peristiany, ed., 1970.